



Ata n.º 6/2022

----- No dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se, na sala multiusos da secretaria de Pousos, a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia, presidida por Nuno Alexandre Gonçalves Martinho. -----

----- Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, havendo quórum, o Presidente da Assembleia deu início à sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia cumprimentou os Membros da Mesa e da Assembleia, o Presidente do Executivo, os Membros do Executivo e o público presente na sala. -----

----- A pedido do Executivo, propôs a inclusão de um ponto na ordem de trabalhos - **a apreciação, discussão e votação da modificação orçamental n.º 3**, de cuja documentação justificativa foi previamente enviada para os Membros da Assembleia, e deu a palavra ao Presidente do Executivo para o fundamentar. -----

----- O Presidente do Executivo cumprimentou o Presidente da Assembleia e os Membros da Mesa, os Membros do Executivo, os Membros da Assembleia e o público presente. -----

----- Justificou que inclusão deste ponto se deve à alteração do valor da receita proveniente da Câmara Municipal, no âmbito da toponímia, que inicialmente se considerou que era de 15.000,00€ para o mandato, tendo-se mais verificado que a verba dos 15.000,00€ é anual. Esta alteração justifica a necessidade de integrar esta receita através da modificação orçamental n.º 3, conforme proposto para incluir na ordem de trabalhos. -----

----- Nesta sequência, o Presidente da Assembleia colocou a votação a inclusão do referido ponto de a apreciação, discussão e votação da modificação orçamental n.º 3 na ordem de trabalhos, tendo esta inclusão sido aprovada por unanimidade. Este ponto foi numerado como ponto 4, alterando consecutivamente todos os pontos da ordem de trabalhos seguintes. -----

----- O Presidente da Assembleia deu início ao **período de audição do público**. -----

----- Pediu a palavra e apresentou-se o Sr. Aníbal Carvalho, residente nos Pousos, que expos quatro assuntos: -----

- 1.º Pediu a execução de um ramal de escoamento de águas pluviais na Rua da Mata Nacional, porque atualmente as águas estão todas direcionadas para uma caixa junto da habitação dos seus pais, que se não tiverem o cuidado de a limpar todos os dias a água entra para a habitação; -----



- 2.º Pediu a intervenção do Executivo para colmatar a falta de segurança junto à Escola dos Andrinos, onde, devido à falta de estacionamento, os carros sobem o passeio e os peões circulam na estrada. Pediu ainda que seja colocado em alpendre na entrada da escola até à porta onde deixam as crianças, porque nos dias de chuva as crianças ficam molhadas.

- 3.º Pediu ao Executivo para verificar as condições do piso do parque infantil, junto ao complexo desportivo dos Pousos, que apresenta brechas que colocam em causa a segurança das crianças. Sugeriu o melhoramento do piso do parque onde estão as máquinas de manutenção e a criação de um circuito pedonal naquela zona desportiva.---

- 4.º Perguntou se a infraestrutura junto ao Cemitério dos Pousos se destina ao estacionamento de caravanas. Questionou ainda porque foi essa infraestrutura construída nos Pousos, quanto custou, quem pagou ou vai pagar e se é este o tipo de infraestrutura que faz falta aos Pousenses. -----

----- Pediu a palavra e apresentou-se o Sr. Vitor Tojeira, morador na Rua da Moura. Cumprimentou o Presidente da Assembleia e na sua pessoa todos os presentes. Mostrou a sua preocupação com o ambiente trazendo um texto da sua autoria sobre “O plástico e o micro plástico”, que fica apensa à ata da presente sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder aos dois intervenientes do público. -----

----- O Presidente do Executivo informou o Sr. Aníbal Carvalho que não está prevista para o próximo ano nenhuma intervenção na rua Travessa da Mata Nacional, no entanto fica o registo para próximos anos. -----

----- Sobre a falta de segurança junto à escola dos Andrinos, informou que a Câmara adquiriu um terreno atrás da escola para criar zona de estacionamento e têm contactado os confinantes da escola para criarem um circuito de sentido único. -----

----- Respondeu ainda que desconhecia o mau estado do piso do parque infantil e do parque das máquinas de manutenção, mas vai tomar diligências para averiguar a situação.

----- Acrescentou ainda que a criação do acesso pedonal não pode ser feita no perímetro desportivo porque aquela área está cedida ao GRAP. No entanto, ficou de analisar junto de especialista do desporto sobre a possibilidade de se criar um percurso pedonal no lado de fora. -----

----- Sobre a infraestrutura junto ao Cemitério, informou que é um parque de caravanas e que existem Pousenses ansiosos pela sua abertura. O parque foi criado nos Pousos por sugestão da Junta de Freguesia, porque há falta deste tipo de equipamento na cidade de Leiria e os Pousos é um bom local, pela proximidade à cidade e pelos acessos das autoestradas. Foram gastos naquela infraestrutura, até agora, cerca de 100.000,00€,



que a Câmara participou com 85% do valor, e ainda falta executar o ramal de saneamento e iluminação. -----

----- Por fim, agradeceu a participação do Sr. Vitor Tojeira e a sua preocupação em relação ao ambiente. -----

----- O Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para pedir a uma pessoa do público que parasse a filmagem e gravação da sessão, porque não houve qualquer pedido de autorização para o efeito, que pudesse ter partilhado com os membros da Assembleia.

----- Sem mais pedidos de intervenção do público, registou a falta justificada de Inês Moreira (PS) e Carla Rente (PSD), que pediram a sua substituição por Manuel Ferreira (PS) e Micaela Silva (PSD), respetivamente, e confirmou a presença dos restantes Membros. -----

----- Iniciou o **período antes da ordem do dia** e deu a palavra aos Membros da Assembleia.-----

----- Arminda Filipe (PS) cumprimentou o Presidente e os Membros do Executivo, o Presidente e os Membros da Assembleia e o público presente. -----

----- Manifestou a tristeza e desapontamento que sentiu no final da última sessão da Assembleia de Freguesia, onde foi discutida a possibilidade de desagregação das quatro freguesias que a compõem - Leiria, Pousos, Barreira e Cortes - lendo uma carta aberta dirigida à Junta de Freguesia, documento integral que fica apenso à presente Ata. -----

----- A intervenção foi aplaudida pelo público presente na sala, tendo o Presidente da Assembleia recordado que o público não se pode manifestar sobre as intervenções. -----

----- Arminda Filipe (PS) ainda perguntou qual o ponto de situação do projeto de requalificação do Solar e Jardim do Visconde, questionando se as verbas para o efeito já estão previstas no orçamento da Câmara e para quando está prevista a apresentação pública do projeto.-----

----- Manuel Pereira (PS) cumprimentou o Presidente da Assembleia, o Presidente do Executivo e restantes Membros, os colegas da Assembleia e o público presente. -----

----- Perguntou em que ponto se encontra a compra do terreno para a construção do posto médico e se está previsto no orçamento da Câmara alguma verba para essa compra.

----- Recordou que as valetas da estrada que liga a Cumeira ao Casal da Cortiça não tem espaço para os peões, perguntando se está previsto para o próximo ano a criação de passeios para dar segurança aos peões que fazem aquele percurso. -----

----- Manuel Ferreira (PS) cumprimentou o Presidente e Membros da Assembleia, o Presidente e Membros do Executivo e o público.-----



----- Pediu a requalificação os passeios da Rua Imaculada Conceição, que nuns sítios abateram, noutros têm buracos e noutros tem postes no meio do passeio. -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para responder às últimas intervenções. -----

----- Em resposta a Arminda Filipe, o Presidente Executivo confirmou que o Executivo disponibilizou toda a documentação solicitada e que, por insistência do grupo, esteve presente nas duas reuniões, mas não teve conhecimento da proposta final, porque se tivesse tido conhecimento teria dito que era contra. -----

----- Sobre o projeto do Solar do Visconde, informou que os projetos das especialidades estão em fase de execução e que oportunamente será feita a sua apresentação pública. -----

----- Informou Manuel Pereira que a Câmara está a avaliar duas propostas de terrenos para a construção do Centro de Saúde da Barreira, uma no Telheiro, outra na Carvalhinha. Sobre a verba orçamentada explicou que a Câmara tem um valor global para a aquisição de terrenos, podendo ser para este, ou para outros. -----

----- Sobre os passeios na Rua do Senhor, informou que esteve local com o Engenheiro Marvin a avaliar a possibilidade de alargamento da estrada construção de passeio de um dos lados da estrada, cuja despesa rondará os 150.000,00€. Esta obra não está prevista para o próximo ano, mas poderá ser incluída noutra. -----

----- Informou Manuel Ferreira que a estrada do Telheiro é da gestão da Câmara Municipal e que já formalizou o pedido de requalificação dos passeios da Rua Imaculada Conceição diversas vezes. -----

----- Ana Bernardes (BE) cumprimentou o Presidente da Assembleia e restantes Membros, o Presidente do Executivo e restantes Membros, e o Público presente. -----

----- Expressou a sua preocupação sobre a dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e sobre a criação de um mecanismo de audição das populações através do orçamento participativo, através de documento que fica apenso à presente ata. -----

----- Questionou ainda se há a possibilidade de as sessões de Assembleia serem transmitidas on-line de forma a permitir maior participação pública. -----

----- Em resposta à intervenção de Ana Bernardes, o Presidente do Executivo informou que a Câmara Municipal tem procurado terrenos para construir habitações para famílias, não só carenciadas, mas também de classe média com dificuldades económicas. Informou ainda que a União de Freguesias não dispõe de instalações com características habitacionais, mas que ocasionalmente e excecionalmente apoia famílias na melhoria das condições habitacionais. -----



----- Sobre a transmissão das sessões *on-line*, o Presidente da Assembleia informou que essa medida, que não ocorria no passado, foi adotada excecionalmente no período da pandemia para permitir a assistência do público. Como o público voltou a poder estar presente, as sessões deixaram de ser transmitidas *on-line*. Explicou ainda que a transmissão *on-line* acarretou e acarreta uma despesa acrescida à autarquia. No entanto, informou ter registado a proposta e comprometeu-se em avaliá-la.-----

----- **Início da ordem do dia:** -----

----- **Ponto 1: Leitura, apreciação e votação da Ata n.º 4/2022 e n.º 5/2022.** -----

----- O Presidente da Assembleia pediu a escusa da leitura das atas pois foram enviadas previamente para todos os Membros da Assembleia. -----

----- Não havendo oposição à escusa da leitura das atas, colocou a Ata n.º 4/2022 a apreciação.-----

----- Sem qualquer proposta de alteração a Ata n.º 4/2022 foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção de Manuel Ferreira (PS) e Miguel Xavier (PS), por não terem estado presente na sessão a que se refere a ata. -----

----- Colocou a apreciação a Ata n.º 5/2022. -----

----- João Machado (IL) discordou da redação da Ata n.º 5, nomeadamente na sua redação sobre os motivos que expôs acerca do seu voto contra a desagregação das Freguesias, e pediu a retificação da ata. -----

----- Após algum período de discussão sobre o que de facto havia sido referido pelo membro da assembleia João Machado (IL), o Presidente da Assembleia propôs que fosse de novo ouvida e transcrito o respetivo excerto da intervenção de João Machado (IL), que esta transcrição lhe fosse enviada assim que terminada e que a mesma constasse da ata como citação para não haver qualquer dúvida.-----

----- Arminda Filipe (PS) apresentou dois lapsos ortográficos, na página 5 onde consta “nesta criança” deve constar “nestas crianças” e na página 6, onde consta “por favor mantenho”, deve constar “por favor mantenham”. -----

----- O Presidente da Assembleia colocou a votação a Ata n.º 5/2022, com a inclusão da intervenção de João Machado (IL) como citação e as correções de Arminda Filipe (PS), tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quatro votos contra da bancada do PSD, uma abstenção de Manuel Ferreira (PS) por não ter estado presente na sessão, e catorze votos a favor dos restantes membros da Assembleia. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) cumprimentou o Presidente e os Membros da Assembleia, o Presidente e os Membros do Executivo, e o público presente, e fez a presente citação: -----



----- *Início de citação* - “Registo na ata do voto de vencido, dos membros do PSD de acordo com o n.º1 do Artigo 51º do Regimento da Assembleia de Freguesia. -----

----- Informação que consideramos essencial e que não está na Ata: -----
(pág 3) No final da apresentação do resumo enfatizaram que o que estava para apreciação e votação era a Proposta de Desagregação de Freguesias, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório, previsto no artigo 25º da lei nº39/2021 de 24 de junho. O Boletim de voto não referia a proposta apresentada, mas sim: -----

Ponto único: Apreciação, discussão e votação de proposta submetida ao abrigo da Lei 39/2021, que define o regime jurídico de criação, modificação e extinção de freguesias.

Ana Bernardes (BE) – “Eu quero fazer uma declaração de voto, mas não sei se é esta a altura de o fazer?” -----

(pág 5) O Presidente da Assembleia respondeu: “Não pode fazer agora a declaração de voto ou poderá dependendo do andamento da própria sessão, veremos. Agora poderá intervir e manifestar-se, mas sem ser declaração de voto. -----

A votação por escrutínio secreto impediu que houvessem declarações de voto. -----

Na convocatória estava: -----

O presente ponto será votado em minuta ao abrigo do n.º 3 e n.º 4, do art.º 57, da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

O que não aconteceu.” *Fim de citação.* -----

----- **Ponto 2: Apreciação da atividade e da situação financeira da União de Freguesias, no período de 1 de setembro a 30 de novembro de 2022.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo destacou que algumas verbas no âmbito dos protocolos interadministrativos apresentam um nível baixo de execução porque as obras estão em fase de conclusão. Depois disponibilizou-se a responder às questões que lhe quisessem colocar. -----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou porque é que ainda não receberam nenhum valor da rubrica de salvaguarda da população e a que se refere esta rubrica. -----

----- Perguntou ainda porque se verifica o mesmo no contrato interadministrativo dos 230.000,00€, no apoio ao investimento em património próprio e perguntou ainda porque se verifica um valor baixo na execução do IMI. -----

----- Arminda Filipe (PS) pediu esclarecimento sobre o nível de execução de três rubricas de despesa: -----



- Rubrica de promoção do desenvolvimento sustentável, um tema de grande importância em que Junta de Freguesia deve ser um exemplo nessa preocupação e investimento, onde previam gastar 30.000,00€ e só gastaram 8.600,00€. -----

- Rubrica das iniciativas sociais, onde previam gastar 11.000,00€ e ainda não foram gastos.

- Rubrica das coletividades de âmbito social, em que previam gastar 15.000,00€ e só foram gastos 3.650,00€, questionando se não houve pedidos das Associações. -----

----- No seguimento da intervenção de Arminda Filipe, Ana Bernardes (BE) acrescentou ser estranho não ter sido gasta a verba para a promoção do desenvolvimento sustentável, sendo a Junta de Freguesia concorrente a Eco – Freguesia. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Executivo para responder às respetivas intervenções.-----

----- O Presidente do Executivo esclareceu Ana Bernardes que a salvaguarda dos interesses da população é um mecanismo criado pela Câmara Municipal, que transfere para a Juntas de Freguesia verbas para acautelar pessoas e bens. Este ano o Executivo achou por bem requalificar caminhos agrícolas e florestais, para terem condições de fácil acesso ao amanho das terras e melhorar os acessos em caso de combate a incêndios. ----

----- Em resposta a Arminda Filipe, o Presidente do Executivo informou que a verba das iniciativas sociais foi gasta em dezembro, com a aquisição dos cabazes de Natal. Informou que todos os pedidos recebidos das Associações e Coletividades tiveram resposta e que lhes foi atribuído apoio monetário. Informou ainda que a verba para a promoção do desenvolvimento foi gasta na requalificação de passeios na Rua da Serrada, na Barreira. -----

----- Ana Bernardes (BE) estranhou que a requalificação de passeios não tenha sido feita com as verbas provenientes dos protocolos dos arruamentos e seja feita com a verba para o desenvolvimento sustentável, que é tão importante e onde há tanto por fazer. ----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem de trabalhos. -----

----- **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, da Proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2023.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo. -----

----- O Presidente do Executivo informou que os documentos enviados foram precisos e simplistas na tentativa de serem de fácil compreensão, e disponibilizou-se a responder as questões que lhe quisessem colocar.-----

----- O Presidente da Assembleia colocou a apreciação as Grandes Opções do Plano para 2023.-----



----- João Machado (IL) perguntou que critérios usou o Executivo para definir as obras a executar no próximo ano. -----

----- Ana Bernardes (BE) constatou que o texto com as linhas orientadoras deste ano é praticamente igual ao do ano passado e enumerou alguns pontos:-----

- Mobilidade – “equacionar com a Câmara a implementação de novos horários na rede Mobilis”. Perguntou, o que é que foi feito e se há novos circuitos. Mais referiu que este assunto é de grande importância para a melhoria do ambiente e é urgente um investimento nesta área, sendo preciso apostar na melhoria dos transportes públicos para que as pessoas utilizem menos as suas viaturas.-----

- Hortas comunitárias- “propor à Câmara a criação de mais hortas comunitárias...”, questionando porquê propor e não implementar. Acrescentou que a União de Freguesias tem terrenos e que sem gastar muito dinheiro pode criar estas hortas que contribuem para o melhoramento de vida das pessoas. -----

- Ambiente e qualidade de vida- “...desenvolver ações que promovam valores, comportamentos e atitudes de defesa do ambiente, como a limpeza urbana, a separação do lixo doméstico, a recolha de monos...”. Frisou que a frase é bonita, mas é igual à do ano passado, e perguntou na prática o que é que foi feito.-----

- Sobre a sustentabilidade energética, questionou se preveem colocar nas outras sedes de Freguesia e noutros edifícios da União de Freguesias painéis fotovoltaicos, a exemplo do que foi feito no edifício dos Pousos.-----

----- Pediu ainda esclarecimentos sobre o que foi feito no âmbito do projeto Casas Primeiro, que também já vem do ano passado, numa parceria com a InPulsar e a Câmara.

----- Arminda Filipe (PS) partilhou da opinião da colega Ana Bernardes, referindo que o documento das Grandes Opções de Plano “ depois de exprimido em termos práticos tem muito pouco”, realçando ainda dois aspetos: -----

- Educação e juventude- “pretendemos promover o envolvimento dos jovens na procura de ideias e projetos para ocupação dos tempos livres e férias”. Referiu que esta intenção já vem desde o início, mas em termos práticos tem sido feito muito pouco. Pediu que os jovens sejam cativados, ouvidos e envolvidos porque além de serem importantes, têm projetos e ideias muito interessantes. -----

- Transportes públicos- mostrou a sua indignação para a falta transportes públicos na Barreira e espera que no decorrer deste ano seja feita alguma coisa em concreto para resolver a situação, que não é colocarem um autocarro um mês à experiência, nomeadamente no mês de agosto quando não há escola e as pessoas estão de férias. ----



----- O Presidente do Executivo informou João Machado que os critérios que usam para elaborar o pacote de obras para cada ano é a auscultação da população, a observação das necessidades, e a divisão equitativa da verba dos 650.000,00€ pelas diversas freguesias. -----

----- Confirmou a Ana Bernardes que usaram o documento do ano passado como referência, para tentarem executar no próximo ano os projetos que não foram ainda concretizados. Muitas vezes a intenção do Executivo não é suficiente, depende da vontade de entidades externas e de oportunidades que podem surgir, dando como exemplo a instalação de painéis fotovoltaicos no edifício dos Pousos, o que também já está programada para os pavilhões da Junta. -----

----- Ana Bernardes (BE) ainda perguntou que projetos são esses a que o Presidente do Executivo se referia, porque o que apresentaram foram só intenções, não apresentaram nenhum projeto em concreto. -----

----- O Presidente do Executivo referiu que por vezes a vontade no Executivo não é suficiente, precisam também da vontade de outras entidades para a sua concretização e não querem apresentar grandes projetos que depois não conseguem concretizar. -----

----- À questão colocada por Arminda Filipe sobre o serviço de transportes públicos, informou que este assunto é uma preocupação da Junta de Freguesia, que tem feito de tudo para conseguir mais e melhores serviços, mas a empresa não assegura um serviço que não seja rentável. -----

----- Ana Bernardes (BE) e Arminda Filipe (PS) insistiram, que é nisso que a Câmara e a Junta de Freguesia têm de investir, através de subsídios ou outro tipo de apoios, para tornar a rede de transportes públicos capaz de satisfazer as necessidades das populações. -----

----- O Presidente do Executivo informou ainda que não consta das grandes opções do plano as hortas comunitárias, mas é um projeto que surgiu recentemente e vai ser implementado, inicialmente na Rua da Mala Posta, na Cruz da Areia. -----

----- A situação da recolha do lixo é problemática e requer um acompanhamento constante, porque as pessoas depositam o lixo em locais desapropriados e muitas vezes fora dos contentores. Na tentativa de sensibilizar as populações o Executivo tem realizado algumas iniciativas de recolha de lixo urbano, da preservação dos ecossistemas e de erradicação das invasoras na Mata do Azabuco. -----

----- Relativamente à parceria com a InPulsar, informou que já foram integradas 13 pessoas em situação “sem-abrigo”, que além da habitação, são apoiados na integração social nomeadamente na integração no mercado de trabalho. -----



----- Ainda em resposta à intervenção de Arminda Filipe, disse que a iniciativa tem de partir dos jovens, e a Junta tem estado sempre disponível para apoiar quaisquer projetos, acrescentando que já aconteceu desafiar jovens para abraçarem determinados projetos e eles, por um, ou outro motivo, rejeitaram. -----

----- João Machado (IL) pediu que o Executivo apresente uma lista com todas as obras previstas para o ano de 2023 e com o valor expectável de execução, porque só assim podem avaliar o que foi feito, ou o que não foi feito. Recordou que esta lista já foi solicitada pela bancada do PSD, na sessão de apreciação do orçamento do ano passado, mas ainda assim, não foi apresentada. Também sugeriu que seja publicado no site da Junta de Freguesia esta lista e seja dada informação da sua realização à medida que vão sendo concluídas. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção no âmbito das grandes opções do plano, o Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de orçamento para 2023. -----

----- Nuno Fernandes (PSD) referiu que, da sua análise ao orçamento, constatou que as receitas correntes, de 266.000,00€, são de receitas próprias provenientes de aluguer de terrenos e de edifícios, dos quais 215.000,00€ são das rendas dos pavilhões da zona industrial dos Pousos. Em aditamento à sua proposta do ano passado, o grupo do PSD propôs que essas verbas fossem gastas no melhoramento dos Pavilhões. Referiu ainda que ficaram agradados porque há um excedente orçamental de 156.000,00 €, o que é um grande melhoramento em relação ao ano passado. -----

----- Referiu também que se a Junta não tivesse receitas correntes próprias, as receitas correntes, não chegavam para fazer face às despesas correntes. -----

----- Sobre o PPI- Plano Plurianual de Investimentos, reforçou o que disse João Machado (IL), que devia ter em anexo a lista com as obras, para os membros da Assembleia saberem o que ficou por concretizar em 2022 e o que é que fica para fazer em 2023. Mais disse que não importa só saber que vão ser gastos 780.000,00€ em obras de investimento, os Membros da Assembleia também deviam ser informados onde vão ser gastos. -----

----- Continuou colocando também algumas questões acerca do Auditório dos Pousos, obra que já vem desde 2008. Lembrou que na sessão de 21-04- 2022 foi dito, e está escrito na Ata que “o Presidente do Executivo explicou que no último ano o Executivo obteve uma poupança de 247.000,00€, dos quais 200.000,00€ estão no banco e são para o auditório”, com esta explicação pensou que no orçamento para 2023 iram estar destinados ao auditório 2.400.000,00€, mas não, continuam a estar previstos os mesmos



2.200.000,00€. Perguntou porque não está refletido no orçamento este acréscimo de 200.000,00€.

Ainda sobre o auditório, partilhou que dia oito de dezembro, dia do 149.º Aniversário da Filarmónica dos Pousos, esteve presente da cerimónia do lançamento da primeira pedra do Auditório, que contou com a presença do Sr. Presidente da Camara Municipal de Leiria e a Sr.ª Vereadora da Cultura. O Sr. Presidente da Câmara no seu discurso deu a entender que além dos 1.500,000,00€ já prometidos para o auditório, estava disponível a apoiar ainda mais. O auditório foi adjudicado por cerca de 3.680.000,00€ e é do conhecimento público que atualmente a revisão de preços em termos de construção as obras é de 20% sobre o valor do orçamento, que neste caso são mais 700.000,00€. Assim, perguntou ao Presidente do Executivo se o Sr. Presidente da Câmara, depois daquele discurso todo, está disponível a pagar mais os 700,000,00€ referente à revisão de preços.

----- Ana Bernardes (BE) perguntou quantas pessoas vão ser efetivamente admitidas no quadro se pessoal, se será uma pessoa para o cemitério e duas em regime de mobilidade. Mais questionou como é que vão integrar estas pessoas com este orçamento e como é que o orçamento só prevê um aumento salarial de 3%, se para o próximo ano está prevista uma taxa de inflação de 8% e se o Governo depois das negociações em sede de concertação social, dá como orientação um aumento salarial de pelo menos 5%.

----- Pediu ainda esclarecimento sobre a redução da verba orçamentada para a promoção do desenvolvimento sustentável, que em 2022 era de 30.000,00€ e para 2023 é só de 500,00€, sendo esta União de Freguesias candidata a uma Eco-Freguesias.

----- Pediu também explicação para a redução da verba da rubrica das iniciativas sociais, que em 2022 era de 11.000,00€, e que para 2023 é de 10.000,00€, numa altura em que a pobreza das famílias está a aumentar de uma forma preocupante, não lhe parece um valor justo.

----- Estranhou que não esteja prevista a redução da despesa com eletricidade, que é na casa dos 40.000,00€, quanto mais não fosse porque houve a colocação de painéis solares e essa redução no consumo de energia devia ser calculada e devia estar refletida no orçamento.

----- Reparou ainda que também não se prevê, até 2027, a aquisição de carros elétricos ao contrário do que é feito por particulares e empresas que substituem gradualmente a frota automóvel para veículos elétricos.

----- Em resposta a Nuno Fernandes, o Presidente do Executivo explicou que as despesas correntes são gastas até haver dotação disponível. Por exemplo, a verba para a



limpeza dos arruamentos é de 150.000,00€, se permitir a limpeza duas vezes por ano faz-se, se não permitir faz-se só uma vez e meia como a Câmara fazia. -----

----- Informou também que o excedente de tesouraria fica no banco para o auditório e não vai chegar. Mas para melhor esclarecer o assunto, solicitou ao Presidente da Assembleia que permitisse a intervenção do contabilista da Junta de Freguesia, para clarificar os valores destinados a esta rubrica. -----

----- Às questões colocadas por Ana Bernardes, esclareceu que o pessoal é o mesmo, só vão ser ocupadas vagas. -----

----- Sobre o investimento na promoção do desenvolvimento sustentável, explicou que a Junta recebia 7.500,00€ da Câmara pela instalação das antenas da Senhora do Monte, mas acordaram com a Câmara não receber esse valor até ao final do mandato, como compensação do valor gasto pela Câmara na aquisição do terreno para o alargamento do Cemitério das Cortes. -----

----- Ana Fernandes (BE) contra-argumentou que esta atitude vai contra as linhas orientadoras das grandes opções do plano, que preveem a execução de diversas ações para as quais não existe dotação orçamental. -----

----- Com o acordo do Presidente da Assembleia, o Presidente do Executivo pediu a intervenção do Dr. Paulo Costa, contabilista certificado da União das Freguesias para responder às questões mais técnicas que foram levantadas. -----

----- O Dr. Paulo Costa explicou que o saldo de gerência nunca faz parte do orçamento, que em outubro quando elaboram o orçamento estimam os valores por baixo, e deu um exemplo: temos um orçamento de 100.000,00€, em abril fechamos as contas e vimos que temos um saldo de 150.000,00€, o que quer dizer que houve um excedente de 50.000,00€. Nessa altura faz-se uma revisão ao orçamento, aumentando a receita para os 150.000,00€ e aumentam a despesa para os 150.000,00€. -----

----- No caso do auditório, para mantermos explícito o valor existente antes da agregação, incluíamos na *rubrica saldo da gerência consignado*, que era de 1.800,000,00€ e que foi aumentando e é agora de 2.200.000,00€. No ano passado, estes 2.200.000,00€ deixaram de constar na *rubrica do saldo* e passaram a constar na *rubrica outras receitas de capital*, porque o saldo só pode ser incluído depois de aprovado em abril. Em abril, quando houver o encerramento e prestação de contas, verificar-se-á que existe um excedente de 200.000,00€, ou até mais, e nessa altura faremos a introdução do saldo da gerência e a verba do auditório passará para 2.400.000,00€ o que, mais a verba proveniente da Câmara de 1.086.000,00€, corresponderá a um valor de 3.600.00,00€, que é o valor previsto pagar em 2023.



----- Nuno Fernandes (PSD) compreendeu a explicação do Dr. Paulo Costa, no entanto, esperava que os 200.000,00€ que o Presidente do Executivo disse que estão no banco e são para o auditório, estivessem espelhados no orçamento. -----

----- Paulo Costa explicou que em abril, no encerramento e prestação de contas de 2022, essa verba de 200.000,00€ estrará inserida no saldo da conta de gerência. -----

----- Aurélio Silva (PSD) reforçou o pedido de esclarecimento da Colega Ana Bernardes, sobre a despesa com o pessoal, que não prevê sequer o aumento do salário mínimo. -----

----- Paulo Costa explicou que quando elaboram o orçamento, ainda não saíram as novas tabelas salarias, por isso habitualmente têm por base o que está previsto no corrente ano, que é de 536.000,00€. Em abril, já com as novas tabelas consolidadas, fazem a revisão ao orçamento. -----

----- Sobre o Plano Plurianual de Investimentos, o Presidente do Executivo explicou que o maior investimento é o auditório dos Pousos, arruamento e viadutos, e que não preveem a aquisição de veículos porque atualmente não se verifica essa necessidade. ---

----- Informou ainda que dos 230.000,00€ provenientes da Câmara, algumas das obras previstas são: -----

- arruamentos, onde está incluído o passeio da Rua da Alegria nos Romeiros, com um valor previsto de 65.000 €; -----

- Pintar o edifício da Quinta da Cerca nas Cortes, com um valor previsto de 17.000,00€;

- Arranjo paisagístico da Rua Virgílio Monteiro, sobretudo a zona envolvente junto ao Cemitérios dos Pousos; -----

- Arranjo da cobertura do edifício das 3 Marias nas Cortes, com um valor previsto de 21.000,00 €; -----

- Passadiços e arruamentos na Barreira; -----

- Reparação do lavadouro na Rua Carlota Tinoco na Cruz da Areia. -----

----- Informou que ficaram por concluir, no ano anterior, o parque da Mala Posta e dos Romeiros, e que o procedimento do parque Radical da Guimarota foi anulado porque se veio a verificar que o terreno não é da Câmara, é do IMT- Instituto da Mobilidade e dos Transportes. -----

----- Informou também que não foi executado o coletor no Casal Galego porque o proprietário não autorizou a passagem, e o da Rua de Santo António, nos Pousos, porque o proprietário de uma habitação entrou em litígio com a Câmara e, por prudência, não se executou. Em substituição destes fez-se um coletor no Pinhal Verde. -----



----- Explicou que a rubrica de 80.000,00€ para bens do património histórico, artístico e cultural é para a aquisição de contentores metálicos que serão utilizados nas tasquinhas da Barreira, das Cortes e dos Pousos, como stands gastronómicos. -----

----- Sem mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia perguntou se, nos termos da lei, alguém se oponha à votação do **Ponto 3: Apreciação, discussão e votação das Grandes Opções do Plano, da Proposta de Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para 2023** em minuta, não tendo havido nenhuma objeção. -----

----- Nesta sequência, colocou a votação as Grandes Opções do Plano, que foram aprovadas por maioria, com seis abstenções (4 do PSD, 1 da IL e 1 do BE) e restantes votos a favor. -----

----- Colocou a votação o Orçamento, que foi aprovado por maioria, com seis abstenções (4 do PSD, 1 da IL e 1 do BE) e os restantes votos a favor. -----

----- Colocou a votação o Plano Plurianual de Investimentos para 2023, que foi aprovado por maioria, com seis abstenções (4 do PSD, 1 da IL e 1 do BE) e os restantes votos a favor. -----

----- **Ponto 4: Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental n.º 3**, o Presidente da Assembleia recordou que este ponto foi introduzido na ordem de trabalhos no início da sessão e colocou-o à apreciação. -----

----- João Machado (IL) perguntou se não existem contratos sobre o tema, que indicassem o período a que dizem respeito. -----

----- O Presidente do Executivo informou que sim, que existe contrato e que foi assinado a meio do ano. No entanto, posteriormente verificou-se que a verba era insuficiente para satisfazer as necessidades e depois das reclamações das Juntas de Freguesia, a Câmara decidiu que essa verba seria anual e não por mandato. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia questionou se algum dos Membros se oponha à votação deste ponto em minuta, não tendo havido nenhuma objeção. Assim, colocou o Ponto 4: Apreciação, discussão e votação da Modificação Orçamental n.º 3, a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do mapa de pessoal para 2023.** ---

----- O Presidente da Assembleia colocou o documento a apreciação. -----

----- Não havendo nenhum pedido de intervenção dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação do ponto em minuta. Não havendo qualquer objeção, colocou o **Ponto 5: Apreciação, discussão e votação do mapa de pessoal para 2023** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- **Ponto 6: Apreciação, discussão e votação da Tabela de Taxas e Licenças.** --



----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para explicar as alterações propostas. -----

----- O Presidente do Executivo informou que a taxa “abertura de covais” tem um aumento significativo porque a Junta não tem coveiros, tem de requisitar serviços externos que em alguns casos é o dobro do valor cobrado pela Junta de Freguesia às famílias. O aumento na taxa da concessão de terrenos, deve-se ao facto de ser cada vez mais comum as pessoas adquirirem o terreno e nem sempre a Junta de Freguesia tem possibilidade de alargar os cemitérios. Com este aumento tentamos “inviabilizar” a aquisição de terrenos. Referiu ainda, que mantém o valor da taxa dos gavetões e ossários na tentativa de incentivar o seu uso.-----

----- Ana Bernardes (BE) entendeu a explicação do Sr. Presidente do Executivo, no entanto, mostrou-se chocada com o aumento abrupto das taxas de inumação, porque as famílias mais pobres não conseguem suportar estes custos. Afirmou que iria votar contra, porque não concorda com estes aumentos na casa dos 50%, defendendo que os aumentos sejam feitos de forma gradual. Também perguntou porque estão a zero algumas taxas que em 2021 tinham custos e agora não têm.-----

----- João Machado (IL) concordou com as preocupações da de Ana Bernardes (BE). No entanto, entende que se a Junta de Freguesias presta um serviço é justo que cobre esse serviço. Também é da opinião que a Junta de Freguesia aplica taxas que podiam ser abolidas devido ao valor insignificante que representam no orçamento da Freguesia, nomeadamente as taxas dos animais e na emissão de algumas certidões. Pelos motivos apresentados informou que se irá abster na votação deste ponto. -----

----- Manuel Pereira (PS), no seguimento da intervenção de Ana Bernardes (BE), disse que existem alternativas à inumação no solo que devem ser fomentadas, nomeadamente os gavetões e ossários. -----

----- Ana Bernardes (BE) respondeu que se trata de uma tradição cultural que não pode ser mudada de um dia para o outro.-----

----- O Presidente do Executivo confirmou a Ana Bernardes (BE) que ocorreu um lapso na elaboração da tabela de taxas que será corrigido na próxima Assembleia. -----

----- Informou João Machado (IL) que a receita com a licença de canídeos é baixa e poderá baixar mais, porque atualmente os proprietários levam os canídeos ao veterinário para colocarem um *chip* e o registo é feito de imediato. A licença continua a ser obrigatória para os cães potencialmente perigosos, no entanto, há pessoas que continuam a vir pedir a licença. Informou ainda que pode ser dada a isenção do pagamento de taxas dos atestados em algumas situações, nomeadamente de carência económica. -----



----- O Presidente da Assembleia frisou que vai colocar a votação a tabela de taxas que foi enviada para os Membros da Assembleia, e que o Executivo deverá trazer a tabela revista e atualizada para a próxima sessão de Assembleia.-----

----- Perguntou se alguém se oponha à votação do ponto em minuta, não tendo havido nenhuma objeção e, nesta sequência, colocou o **Ponto 6: Apreciação, discussão e votação da Tabela de Taxas e Licenças** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezassete votos a favor, um voto contra do Bloco de Esquerda e uma abstenção da Iniciativa Liberal. -----

----- **Ponto 7: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de obras diversas- adenda n.º 7 e n.º 8.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para justificar a importância destas adendas. -----

----- O Presidente do Executivo justificou que estas adendas se referem ao alargamento do prazo de execução e da localização da construção do parque radical. ----

----- Ana Bernardes (BE) perguntou se, devido ao alargamento do prazo de execução da obra, se a despesa iria aumentar.-----

----- O Presidente do Executivo respondeu que não vai haver aumento da despesa, podendo é ter de se fazer menos. -----

----- Sem mais intervenções, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação do ponto 7 em minuta. Não tendo sido manifestada qualquer objeção, colocou o **Ponto 7: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de obras diversas- adenda n.º 7 e n.º 8** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção da Iniciativa Liberal. -----

----- **Ponto 8: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de da conservação, manutenção e beneficiação de vias municipais – adenda n.º 3.** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo para explicar do que se trata esta adenda. -----



----- O Presidente do Executivo explicou que esta é a adenda n.º 3, porque há três anos que a Junta recebe esta verba da Câmara. Informou que para o ano de 2023, a Junta vai receber 150.000,00€ para limpeza e manutenção de vias municipais.-----

----- Ana Bernardes (BE) pediu esclarecimento sobre o teor do ponto 10, cláusula 12, sobre as obrigações da segunda outorgante (União de Freguesias), que na alínea d), diz que a União de Freguesias tem de suportar os custos que ultrapassem o valor anual aprovado. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que esta alínea quer dizer que, caso a Junta ultrapasse a despesa dos 150.000,00€, esses encargos ficam por conta do orçamento da Junta. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação do ponto 8 em minuta. Não tendo sido manifestada qualquer objeção, colocou o **ponto 8: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de da conservação, manutenção e beneficiação de vias municipais – adenda n.º 3** a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor e uma abstenção da Iniciativa Liberal. -----

----- **Ponto 9: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de obras diversas- adenda n.º 9.**----

----- O Presidente da Assembleia pediu ao Presidente do Executivo para esclarecer o motivo da adenda. -----

----- O Presidente do Executivo explicou que esta adenda se deve à inclusão do pacote de obras a realizar em 2023, em património, da competência da Câmara: execução de infraestruturas na Rua da Alegria, pintura do edifício sito em Cortes, intervenção paisagística na Rua Virgílio Monteiro, reparação das bolhas do edifício das Três Marias nas Cortes, execução do passadiço na Barreira e requalificação do lavadouro na Rua Carlota Tinoco na Cruz da Areia. -----

----- João Machado (IL) perguntou se se trata de obras novas e se o contrato é o mesmo. -----

----- O Presidente do Executivo respondeu que são obras novas e que o contrato é o mesmo. -----

----- João Machado (IL) lembrou que o Presidente do Executivo, numa sessão da Assembleia Municipal, disse que a Câmara Municipal faz delegação de tarefas, em vez de



delegação de decisões e onde criticou as exigências técnicas para cumprir os requisitos da Câmara. Disse que gostou muito dessa intervenção do Sr. Presidente do Executivo, que concorda com ele, e é por esse motivo que sempre se opõe à celebração de novos contratos. Terminou perguntando ao Presidente do Executivo se não acha que a Freguesia já tem contratos a mais. -----

----- O Presidente do Executivo admitiu o que disse e reforçou que estas obras deviam e podiam ser feitas pela Câmara, porque em alguns casos até são em património da Câmara, mas, se não for desta forma, a Câmara não as faz e por isso a Junta de Freguesia faz este esforço para as conseguir executar. -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação do ponto 9 em minuta, e sem qualquer objeção colocou o ponto a votação. O **Ponto 9: Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município de Leiria e a União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no âmbito de obras diversas- adenda n.º 9**, foi aprovado por maioria com dezoito votos a favor e uma abstenção de João Machado (IL). -----

----- **Ponto 10: Apreciação, discussão e votação da Adenda n.º 4 ao contrato de comodato celebrado entre a União das Freguesias e o GRAP, que substancia uma prorrogação do prazo de cedência de utilização gratuita da “zona desportiva dos Pousos”, pelo período de vinte anos.** -----

----- O Presidente da Assembleia pediu que o Presidente do Executivo explicasse o motivo para celebração desta adenda. -----

----- O Presidente do Executivo informou que a intenção desta adenda é dar condições ao GRAP para se poder candidatar a apoios da Câmara Municipal e da Federação Portuguesa de Futebol. Sugeriu que seja ouvido o Sr. Manuel Faria, que faz parte da direção do GRAP, para fundamentar a razão desta candidatura e desta adenda. -----

----- O Presidente da Assembleia passou a palavra a Manuel Faria, que explicou que a cobertura do campo de futebol está degradada e precisa de intervenção, tem as calhas rotas e tem a estrutura oxidada e enferrujada. Para efetuar esta reparação o GRAP candidatou-se aos apoios da Câmara, dos quais já têm a garantia de que vão receber 60% do valor total do investimento que ronda os 44.000,00€. Para suportar os restantes 40% do investimento, o GRAP candidatou-se ao apoio CRESCER 2024, iniciativa da Federação Portuguesa de Futebol, que disponibilizou para a Associação de Futebol de Leiria cerca de 400.000,00€. Esta candidatura exige que a infraestrutura esteja na posse do clube num período não inferior a 20 anos a contar da presente data. -----



----- Tiago Roda (PS) recordou que este ponto já veio à anterior Assembleia com o mesmo propósito e, no seu entendimento, estão a cometer o mesmo erro pois, precisando de 20, estão a considerar-se esses 20 anos e se ocorrer algum atraso na candidatura, ter-se-á de voltar a fazer nova adenda com um novo prazo. Sugeriu que o período da cedência seja feito por 22 ou 23 anos para não dar margem a erros. -----

----- João Machado (IL) partilhou a mesma opinião de Tiago Roda e sugeriu que a Assembleia autorize o Executivo a fazer o contrato por mais 25 anos. -----

----- O Presidente da Assembleia explicou que o prazo que consta da ordem de trabalhos é que o contrato seja feito por 20 anos e que, para haver uma alteração à ordem de trabalhos, o pedido tinha de ter sido feito no início da Assembleia. -----

----- O Presidente da Assembleia perguntou se alguém se oponha à votação do ponto 10 em minuta e, não tendo havido nenhuma objeção, o Ponto 10 foi colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Pelas 01h04m, não havendo mais assuntos a tratar o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos vai ser lavrada a ata que depois de aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por Isabel Sousa que a redigiu nos termos do art.º 50 n.º 2 do Regimento da Assembleia da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes. -----

O Presidente da Assembleia

Nuno Martinho

A Redatora

Isabel Sousa

O plástico e o Micro Plástico

Este é mais um alerta

O que é o plástico Quimicamente?

Plásticos são materiais formados pela união de grandes cadeias moleculares chamadas polímeros que, por sua vez, são formadas por moléculas menores denominadas monômeros. São produzidos por meio de um processo químico conhecido como polimerização, a união química de monômeros que forma polímeros.

Quanto tempo o plástico demora a se decompor?

Como sabemos, este tipo de material **demora** de 450 a 500 anos para se decompor.

A reciclagem deste produto é considerada a mais complexa dentre os materiais.

Tudo que deve (e não deve) deitar no ecoponto amarelo

No contentor amarelo do ecoponto podem entrar três tipos de materiais de embalagens: plástico, metal e pacotes de bebidas.

Este é um ponto importante, uma vez que objetos como panelas, talheres ou objetos em plástico, ainda que tenham metal e plástico na sua composição, não sendo embalagens não devem ir para o ecoponto.

Os ecopontos fazem parte do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE), por isso, se não for embalagem, deve procurar o local certo para colocação desse outro resíduo.

No caso dos pacotes de bebidas, as ECAL (Embalagens de Cartão para Alimentos Líquidos), por serem compostas por vários materiais - plástico, alumínio e cartão -, vão para o contentor amarelo pois é o contentor que depois de recolhido ainda vai para uma linha de triagem para se poderem separar os diferentes tipos de materiais de embalagem; separam-se as embalagens de plástico das embalagens de metal das ECAL.



Reprodução de foto de recical.pt

Como os microplásticos nos afetam?

Os seres humanos geraram 8,3 bilhões de toneladas métricas de plástico desde 1950. Apenas 9% dos resíduos plásticos são reciclados e a grande maioria acaba em aterros e no meio ambiente, onde se desagrega em micropartículas que poluem as águas e o ar, prejudicam a fauna marinha e, finalmente, são ingeridas pelos seres humanos.

O Impacto dos Microplásticos

Um peso equivalente ao de **80 milhões de baleias azuis ou 1 bilhão de elefantes.**

Essa é a quantidade de plástico gerada pelo ser humano desde que começou sua produção em grande escala de materiais sintéticos no início da década de 50:

De forma previsível, a produção anual de plástico foi multiplicando-se com o passar dos anos, passando de **8,3 bilhões de toneladas métricas de plástico em 1950 para mais de 400 milhões em 2015.**

Essa tendência não parece recuar, da totalidade do plástico gerado entre essas duas datas pelos seres humanos, **metade foi produzida nos últimos anos.**

Uma das principais causas do aumento irrefreável na produção de plástico radica no fato de ter uma vida útil muito breve: **metade se converte em resíduos após quatro anos de uso ou menos.**

Embora seja verdadeiramente preocupante que **apenas 9% desses resíduos foram reciclados, enquanto 12% foram incinerados e 79% acabaram em aterros e no meio ambiente.**

Boa parte do plástico que acaba no meio ambiente chega aos mares e oceanos. A água, o sol, o vento e os microrganismos vão degradando o plástico descartado nos oceanos até convertê-lo em **diminutas partículas com menos de 0,5 centímetros amplamente conhecidas como microplásticos.**

Tais partículas são ingeridas pelo plâncton, bivalves, peixes e até baleias, que as confundem com comida. Em 2016, um relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) informava sobre a presença de **microplásticos em até 800 espécies de peixes, crustáceos e moluscos.**



Qual é a origem dos microplásticos dos oceanos?

De acordo com pesquisadores da Universidade John Hopkins (EUA), **qualquer europeu que consuma frutos do mar de forma habitual ingere aproximadamente 11.000 microplásticos por ano.**

Mas isso não é tudo: no final de 2018, um estudo do Greenpeace e da Universidade Nacional de Incheon (Coreia do Sul) também concluiu que **90% das marcas de sal das amostras em âmbito mundial continham microplásticos.**

Além disso, é sabido que a água da torneira também é uma das fontes pelas quais os humanos ingerem pequenas partículas de plástico.

Preocupados com essas descobertas, os cientistas começaram a **estudar o efeito dos microplásticos no organismo humano.**

Os plásticos encontrados com mais frequência foram **o polipropileno e o tereftalato de polietileno (PET)**, ambos componentes principais das garrafas de plástico e das embalagens de leite e suco.

No entanto, os pesquisadores reconheceram que não podem determinar a proveniência de cada partícula e indicam que, **provavelmente, a comida seja contaminada durante as várias etapas do processamento de alimentos ou como resultado da embalagem.**

Até o momento não foram encontradas evidências que determinem que os microplásticos representem um risco para a saúde dos seres humanos. Especialmente no caso das partículas grandes, como as encontradas no estudo. Em contrapartida, **as partículas pequenas constituem um maior risco, dado que podem infiltrar-se na corrente sanguínea, no sistema linfático e chegar ao fígado.**

Cada vez há mais países que estão adotando políticas para **reduzir o consumo de plástico** e travar a contaminação - mais de 60 de acordo com um relatório da ONU de 2018. O Reino Unido, os EUA, o Canadá e a Nova Zelândia já **proibiram a fabricação de produtos de cuidados pessoais que contenham microesferas.**

Essas diminutas esferas de plástico se encontram em alguns produtos de beleza, devido às suas propriedades esfoliativas. Calcula-se que **durante um banho com um sabonete líquido que contenha microesferas, até 100.000 dessas pequenas esferas podem ir para o esgoto** que, finalmente, acabarão no oceano onde serão consumidas pela fauna marinha, introduzindo substâncias potencialmente tóxicas na cadeia alimentar.

Por outro lado, a Costa Rica anunciou em 2017 uma estratégia nacional para proibir todos os **plásticos de uso único** em 2021, reduzindo assim a quantidade que acaba no oceano, rios ou florestas. Na África, o Quênia proibiu desde 2017 a produção, venda, importação e uso de sacos de plástico, assim como Ruanda, que já os proibiu em 2008. Seguindo o exemplo da Costa Rica, **a União Europeia alcançou recentemente um acordo provisório para proibir em 2021 o plástico de uso único caso hajam alternativas acessíveis**, tais como cotonetes de algodão, talheres, pratos, copos ou canudinhos.

No caso dos produtos para os quais não existam alternativas acessíveis, o objetivo é limitar seu uso, impondo tanto um objetivo de redução do consumo em âmbito nacional quanto **obrigações de gestão e limpeza de resíduos aos produtores.**



Reprodução de foto de iberdrola.com

Pousos, 20 de dezembro de 2022
 Vítor J. P. Tojeira

**Carta aberta à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos,
Barreira e Cortes.**

Ex.mo Sr. Presidente, José Cunha,

Caros membros do Executivo,

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia, Nuno Martinho,

Caros membros da Assembleia,

Como Barreirense e membro desta Assembleia de Freguesia, não podia deixar de manifestar a imensa tristeza e desapontamento, que senti no final da última assembleia desta União de Freguesias - a Assembleia de Freguesia em que se debateu a possibilidade de desagregação das quatro freguesias que a compõem - Leiria, Pousos, Barreira e Cortes.

Senti, e julgo que este sentimento é comum a todos os que assistiram à referida assembleia, que a proposta de desagregação foi recusada porque foram tidos em conta quezílias e interesses pessoais e partidários em detrimento da vontade e interesse da população.

Começando pelo parecer desfavorável do Executivo que expressou, de forma muito clara, que levou a peito a proposta, como se fosse algo contra este, não conseguindo colocar em primeiro lugar a população e as suas vontades, influenciando negativamente a votação.

Durante toda a composição da proposta, a apresentar na referida Assembleia, o Ex.mo Sr. Presidente esteve sempre presente, nada lhe foi escondido e o mesmo nunca se opôs a esta proposta. Todos os dados nos foram facultados pelo Sr. Presidente, José Cunha, e pelo executivo, pelo que não entendo como afirmam, no meu sentir, de forma leviana, com o intuito de oprimir a proposta, que esta "contem várias imprecisões que revelam desconhecimento sobre o funcionamento, a gestão, o território e os limites fronteiriços da União das freguesias...".

Na última assembleia senti, inclusive, que foi posta em causa a democracia que dirige o nosso país. Numa eleição democrática, conta a vontade de quem vai votar e não a possível vontade de quem fica em casa. Pois, aqui passou-se precisamente o contrário. A vontade da população de Pousos, da Barreira e de alguns fregueses de Leiria e Cortes, foi pura e simplesmente ignorada porque não se sabia o que pretendiam as Ex

freguesias de Leiria e Cortes. Esta assembleia tem representantes dessas duas Ex freguesias que não se manifestaram, nem tão pouco revelaram os meios usados para perceber a opinião dos fregueses, de modo a poderem votar de acordo com a vontade da população que representam.

Mas os votos contra apareceram, a proposta da desagregação foi chumbada e a vontade da população de Pousos e Barreira, que aqui foi bem manifestada, foi ignorada e o trabalho de quem constituiu, com grande esforço, esta proposta, foi desprezado. Eu pergunto: isto é democracia?

Não podemos obrigar Leiria e Cortes a desagregar, mas podemos obrigar Pousos e Barreira a ficarem unidos a outras freguesias desde sempre contra a sua vontade! Isto é democracia?

Por último, gostaria ainda de dizer que quando comecei nestas andanças da política, pelas mãos do nosso presidente Sr. José Cunha, foi por amor à minha freguesia, Barreira, foi porque um dos slogans da nossa campanha era: "**Vamos colocar Barreira no mapa!**" e é com muita, mesmo muita tristeza e uma dor muito grande que reconheço que não só não o conseguimos fazer, como vamos ficar com o ónus de termos sido a Junta de Freguesia que condenou a Freguesia da Barreira à morte.

Naquele dia saí daqui decidida a abandonar o meu lugar nesta assembleia, mas, depois de muito pensar, decidi que não vou jogar com as mesmas armas, não vou colocar os meus interesses e mágoa à frente dos interesses da população, irei continuar a lutar pela população que votou em nós e nos elegeu.

Aqui continuarei a lutar pela Ex freguesia da Barreira, pois foi esse o compromisso que assumi.



Maria Arminda Filipe

Pousos, 20 de dezembro de 2022

Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia,

Como penso que todos sabemos, e sentimos, a especulação imobiliária e o desequilíbrio entre os preços das casas e os rendimentos das famílias têm vindo a agravar-se nos últimos anos. Este ano, a elevada inflação e a subida abrupta das taxas de juro, que levaram ao aumento exponencial do custo de vida, agudizaram, e muito, este grave problema de acesso a uma habitação digna.

O mais recente Diagnóstico Social do Concelho data do início do ano, muito antes do agravar da crise económica. Não temos acesso à sua versão integral. Mesmo que tivéssemos, ele estaria com toda a certeza desatualizado, mas podemos tirar ilações dos dados da altura. É por demais evidente que a nossa União de Freguesias atravessa uma crise habitacional.

A 27 de janeiro deste ano a Câmara Municipal atualizou o Diagnóstico Social do Concelho, onde foram contabilizadas *“a existência de 271 famílias com necessidade de habitação social, sendo 87 casos da União de Freguesias (UF) de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes”*¹. Estes números configuram 32% do total de casos referenciados.

É importante que exista um exercício de influência política junto do Presidente da Câmara e do seu executivo para o sensibilizar para as necessidades prementes do nosso território e, conseqüentemente, para a mobilização de respostas, mas não só.

O Bloco de Esquerda não ignora a relação de dependência financeira da União de Freguesias face à Câmara Municipal, mas isto não implica que o nosso executivo não participe com soluções que ajudem a resolver as graves carências nesta área que tornam num luxo o direito constitucional à habitação.

Pergunto:

do património desta freguesia fazem parte imóveis passíveis de readaptação / reabilitação para colocação no mercado de arrendamento a preços acessíveis?

Estão identificados / quantificados os agregados familiares que vivem na nossa freguesia em casas sem condições de segurança, insalubres, sobrelotadas, etc?

Que verba do orçamento para o próximo ano e seguintes destina este executivo para pequenas obras de melhoria em habitações degradadas de famílias pobres? Ou para a comparticipação de rendas em casos de emergência social?

A Junta está a preparar, com outros parceiros alguma candidatura a programas de apoio ao acesso a habitação, como o apoio concedido ao abrigo do programa 1º Direito? Se sim, qual o ponto de situação?

É urgente garantir o direito constitucional à habitação, garantir a dignidade de qualquer pessoa que viva na nossa União de Freguesias. O teto de cada um e cada uma deve ser uma luta incansável do poder político. Por isso entendemos que é urgente a **criação de uma bolsa de arrendamento a preços controlados, de modo a assegurar o direito à habitação.**

¹ <https://www.cm-leiria.pt/municipio/gabinete-de-comunicacao/noticias/arquivo-de-noticias/noticia/municipio-de-leiria-atualiza-diagnostico-social-do-concelho-74>



Por último, entendemos que a participação democrática contínua (e não a cada 4 anos) deve ser fomentada por qualquer órgão de poder político. Os orçamentos participativos têm sido instrumentos de participação e influência direta da população nas escolhas e nas decisões do poder executivo local, sendo capazes de identificar obras necessárias nos mais diferentes espaços.

E é precisamente o que o Bloco de Esquerda propõe que seja criado: um mecanismo de **orçamento participativo**, anual, que seja capaz de envolver a população desta freguesia nas decisões que têm implicações e consequências no seu espaço. Dar voz à população (em momentos diversos do dia das eleições) é um princípio que deve ser fervorosamente apoiado por qualquer democrata.

Uma democracia saudável não se pode esgotar no ato eleitoral. Esse é, aliás, o sintoma de uma democracia pouco participada.

A eleita do Bloco de Esquerda,
Ana Bernardes